Poder e responsabilidade

18 DEZ 1988

JORNAL DE BRASÍLIA

Álvaro Pereira

Congresso

As últimas sessões da Câmara e do Senado, antes do recesso, serviram para revelar em toda a sua extensão os poderes do Congresso pós-Constituinte. Em sua última semana de trabalho, o Congresso fez e aconteceu: aprovou e rejeitou projetos, tomou a iniciativa de apresentar outros, chegou ao cúmulo de substituir uma medida provisória (que cortava uma série de incentivos fiscais) por um simples projeto de lei. O próprio Orçamento da União, cujo detalhamento era uma prerrogativa exclusiva do Executivo, acabaria aprovado pelo Legislativo com emendas, na forma desejada por deputados e senadores.

Bem ou mal, cumpria-se a nova Constituição. Num primeiro momento, até por falta de experiência, é natural que os parlamentares atuem de forma ainda desordenada, sem uma linha de coerência. Rejeitam-se projetos do Executivo — às vezes, simplesmente por serem do Executivo —, enquanto matérias de iniciativa do Legislativo são aprovadas sumariamente, através de acordos de lideranças, sem uma reflexão maior e mais profunda. São falhas típicas dos processos de transição institucional. Depois de exercerem função legislativa puramente homologatória, deputados e senadores não se acostumaram ainda com os novos poderes.

Da mesma forma, o Executivo parece perplexo com a nova realidade. As reações partem, principalmente, dos ministros da área econômica do Governo. Como aceitar que os políticos, frequentemente tão vulneráveis aos apelos fisiológicos das bases, possam manipular um Orçamento de dez trilhões de cruzados? Como admitir que os governadores decidam, de comum acordo com o Congresso, a parcela da dívida externa que poderão pagar em 89? Vai se tornando claro, para os ministros econômicos, que não é mais possível governar sem o Congresso. Ele passa a ser o parceiro de todas as decisões, incômodo parceiro...

Assiste-se, na verdade, a um belo exercício de democracia. O Congresso, de um lado, e o governo, do outro, buscam cumprir cada um o seu papel, a sua função. Os superpoderes do Legislativo, o tornam, de certa forma, co-responsável pelo Governo. Ensaia-se a implantação de um regime presidencialista meio híbrido, parlamentarizado. Prepara-se o caminho para a adoção de um regime verdadeiramente parlamentarista, em futuro próximo muito provavelmente a partir de plebiscito marcado para setembro de 93.

Com tantos poderes, o melhor é que o Congresso assuma, de fato e de direito, todas as responsabilidades do Governo.